



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE LAGOA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 03/2021-----

-----1ª Sessão Ordinária de 2021(Videoconferência)-----

----- 1ª Reunião -----

-----29 De dezembro de 2021-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária. -----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
António Neves Nobre	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Sofia Alexandra Espada Gregório	Partido Socialista
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
Victor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)



Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)



----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e as boas-vindas à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2021, saudando em seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e senhores deputados Municipais, os senhores jornalistas e os cidadãos presentes. Fez uma saudação e um agradecimento especial aos técnicos e funcionários do município que apoiavam aquela sessão. Fundamentou a razão daquela sessão, «atente à declaração de situação de calamidade em todo o território continental pela resolução do Conselho de Ministros 157/2021 de 27 de novembro e as alterações das medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença Covid-19, em especial no período compreendido entre 25 de dezembro e 9 de janeiro de 2022, pela resolução do Conselho de Ministros nº. 181 A 2021 de 23-12 e registando-se um agravamento considerável da situação epidemiológica provocado pelo Corona Vírus SARS-COV-2 e da doença Covid-19 no país em geral e, no nosso concelho em particular, que nos coloca num nível de risco muito elevado, a presente sessão da Assembleia Municipal é realizada por vídeo conferência, através da plataforma digital Cisco Webex Meetings, ao abrigo do disposto no artigo 3º. Nº. 1, 2 e 3 da lei nº. 1A/2020 de 19 de março na redação que lhe foi dada pela lei nº. 91 de 2021 de 17 de dezembro». Informou que aquela sessão era transmitida em direto, gravada em suporte áudio e vídeo e a gravação da sessão seria publicada no site da Assembleia Municipal. Disse ainda que a intervenção dos cidadãos também estava assegurada, conferindo-se a faculdade de intervir naquela sessão através de mensagem escrita dirigida ao Presidente da mesa, enviada para o endereço eletrónico da Assembleia Municipal até às 17:00h daquele dia. A Mesa advertiu que todos desligassem os telemóveis ou os colocassem em modo de silêncio, de forma a não interferir no normal desenvolvimento dos trabalhos, bem como na qualidade da transmissão e da gravação da sessão. Feitas as saudações, agradecimentos e também as advertências, declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 29 de dezembro de 2021. Feita aquela breve introdução e fundamentação legal, deu-se início à Ordem de Trabalhos. -----

----- **I – Período de Intervenção dos Cidadãos (ao abrigo do Art.26º n. 2º do regimento)** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que as inscrições estiveram abertas até às 17:00h daquele dia. Não foi

14



possível fazer a transmissão ou gravação das intervenções dos cidadãos como gostariam de fazer atenta à rapidez com que foi necessário montar aquela Assembleia Municipal por vídeo conferência. Explicou que, tal como todos sabiam, estava previsto ser presencial e que as alterações das circunstâncias os obrigou a alterar a forma de reunir sem nunca prejudicar os direitos de os cidadãos participarem na sessão, bem como todos os deputados. Informou haver apenas uma inscrição do cidadão Jorge Tito que colocou as questões por escrito tal como constava no edital daquela sessão, tendo sido concedido o uso da palavra ao primeiro Secretário da mesa Pedro Alexandre Triberes Barradas de Sousa Lobato para proceder a leitura da comunicação e das questões colocadas. -----

----- No uso da palavra concedida, o primeiro secretário da Mesa **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Sousa Lobato**, realizou a seguinte intervenção: «Muito boa noite a todos, a questão foi colocada pelo concidadão Jorge Tito. 1ª. porque continua o município a fazer contratos na forma de consulta própria com apenas um concorrente, quando no código de contratação pública obriga a que haja no mínimo três concorrentes. 2ª. porque é convidada a empresa Domus Simão para participar em concursos na forma de consulta prévia, quando esta já esgotou o limite possível para a sua participação, que é de setenta e cinco mil euros para a aquisição de bens e serviços e de cento e cinquenta mil euros para obras e empreitadas, onde a justificação para a contratação é colocada a alínea do contrato que não prevê exceções. 3. Qual a justificação para tantos erros na elaboração de contratos, quando inclusive houve formação e assessoria contratada pela Câmara para este tema. 4. Quando está prevista a tomada de posição da Câmara em relação às alagoas, pois está como entidade emissora das autorizações aos promotores, e a entidade que deve pedir ao promotor o estudo de impacto ambiental já foi pedido? Se já foi pedido qual o prazo dado para as suas entregas. Estas foram as questões colocadas pelo cidadão Jorge Tito». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas pelo cidadão Jorge Tito. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação**, cumprimentou todos os presentes e aproveitou para cumprimentar o seu amigo Jorge Tito e felicitá-lo porque apesar de estar longe, do outro lado do atlântico estava



sempre atento às questões que se passavam em Lagoa. Quanto às questões colocadas, começou por explicar que relativamente à primeira, tratou-se de um lapso, pois consulta própria não existe, o que existe é consulta prévia. Disse que em relação à consulta prévia, o município de Lagoa, porque cumpre escrupulosamente a lei, consulta no mínimo três entidades e muitas vezes consultam cinco, seis, sete, todas aquelas que forem necessárias consultar, no sentido de procurar sempre a melhor proposta e o melhor contrato para o município de Lagoa, aliás a sua aplicação não permitiria que fosse feito de outra maneira. Presumiu que o senhor Jorge Tito, pessoa atenta a estes assuntos tivesse consultado a base GOV, e aí é verdade quando publicam na base GOV, apenas colocam o nome da empresa adjudicatária e, portanto, daí a confusão. Relativamente à segunda pergunta disse que a empresa Domus Simão é uma empresa do concelho de Lagoa, cujos sócios são cidadãos lagoenses que vivem no concelho de Lagoa e que emprega funcionários também do concelho de Lagoa. Em relação à estratégia que o município adotou de estímulo à economia local, referiu que sempre que faziam consultas prévias davam preferência a consultar empresas do concelho de Lagoa. Explicou ainda que têm uma aplicação na autarquia que sempre que é feita uma consulta prévia e que se inclui uma empresa que já está tapada, nome que dão na instituição, salta um alerta. Afirmou que não era possível convidar para uma consulta prévia uma empresa com setenta e cinco mil euros para a aquisição de bens e serviços e outra que estivesse com cento e cinquenta mil euros para obras e empreitadas, «o próprio sistema não permite». Disse ainda que gostava de explicar não só à Assembleia, como a todos os que o estavam a ouvir que isso não acontecia de todo. Relativamente à terceira pergunta, para a justificação de tantos erros, explicou que têm adotado no município um sistema da triangulação dos procedimentos, ou seja, «cada procedimento que é aberto e que chega ao Presidente, que é o último que assina os documentos, que depois vão iniciar o processo de contratação, quando chega ao Presidente, já passaram pelo menos por três serviços e por três responsáveis diferentes dentro da organização». Criaram aquele sistema, no sentido de minimizar até ao limite que é possível os erros, porque evitar erros, ter erros zero embora fosse desejável, era muito difícil para não dizer impossível. Quanto às alagoas, referiu que já tinha falado diversas vezes sobre aquela matéria tanto naquela Assembleia, como nas reuniões de Câmara, e era conhecido de todos que naquele momento o processo das alagoas corria trémitos no tribunal administrativo central. Esclareceu que a

21



posição da Câmara em relação às alagoas, seria quando houvesse uma decisão do juiz relativamente àquela matéria. Aproveitou para referir que em momento algum aquele executivo tomaria uma decisão que colocasse a Câmara numa situação de ter que indemnizar o promotor, isso seria a última coisa que fariam. Afirmou que iriam com toda a tranquilidade e serenidade aguardar pelo decorrer do processo, bem como pela decisão tomada pelo juiz. «tendo em conta que o promotor da ação que corre neste momento contra, sendo réu o município de Lagoa e contrainteresado a edifícios Atlântico, que é o promotor do processo, o autor são pelo menos dois autores, a associação Almargem e a associação de participação cívica». Aquele documento já tinha sido partilhado na semana anterior com a Câmara Municipal e era a informação, o parecer que a senhora procuradora da república tinha emitido para o tribunal, no sentido de emitir-se um parecer da improcedência total da ação. Por fim, leu o artigo 21º. daquele documento para todos os deputados e lagoenses que estavam a assistir à sessão, pois ainda não sendo uma decisão final era um indicador daquilo que «pensa a procuradora da república relativamente àquela matéria». Artigo 21º. daquele despacho: «Afigura-se assim que a aprovação da operação de loteamento ocorrida em 29 de outubro de 2013 não incorreu em qualquer ilegalidade, uma vez que não era obrigatória a avaliação de impacto ambiental, por força do decreto-lei nº. 197/2005 de 8 de novembro». Informou que o documento era mais extenso, era público e por isso também poderia referir aquele excerto, mostrando-se disponível para o fornecer àqueles que estivessem interessados nele. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos prestados. Não havendo mais inscrições no Período de Intervenção dos Cidadãos, passou-se ao ponto seguinte. -----

----- **II – Período da Ordem do Dia:** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, perguntou aos senhores deputados se prescindiam da leitura do expediente, uma vez que já o tinham recebido na sua caixa de correio eletrónico durante aquele dia. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de metodologia da Mesa aprovada. -----

----- **Substituição de deputados municipais** -----



----- Observaram-se os seguintes pedidos de substituição, devidamente justificados: o senhor vereador **Francisco José Malveiro Martins**, pelo senhor vereador **Nuno Dinis da Encarnação Amorim**, que por sua vez foi substituído pela senhora vereadora **Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho**, a senhora deputada municipal **Rute Alexandre Barroso Sobreira**, pelo senhor deputado municipal **João Pedro da Silva Nunes de Oliveira**, a senhora deputada municipal **Maria Licínia Mendes Lourenço**, pela senhora deputada municipal **Sónia Cristina Afonso Silva**, o senhor deputado municipal **Ricardo Jorge Brás da Silva**, pelo senhor deputado municipal **António José Cabrita Neves Nobre**, a senhora deputada municipal **Carlota Dolores Cardoso Andrade**, pelo senhor deputado municipal **Nelson André Barroso Fernandes**, que por sua vez é substituído pelo senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita**. -----

----- **Apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, lembrou a todos os deputados que as regras do uso da palavra eram as seguintes e era importante que aquilo fosse observado para que a Assembleia funcionasse em condições de absoluta normalidade: «o deputado municipal deverá inscrever-se para o uso da palavra escrevendo no chat bate papo, peço a palavra. O uso da palavra será concedido nos termos regimentais, de acordo com as inscrições e alternância dos partidos, movimentos ou coligações. Terminada a intervenção, o deputado municipal deverá desligar o microfone». Apelou a que se cumprisse aquela regra por forma a que não se produzisse um ruído de fundo que prejudicaria o andamento dos trabalhos por um lado, e por outro, afetaria a qualidade da transmissão para o exterior dos canais onde estavam a transmitir em direto. Referiu ainda que durante a sessão só deveriam estar ligados dois microfones, o do Presidente da mesa e o de quem estivesse no uso da palavra, e que o deputado municipal que tivesse de se ausentar temporariamente da reunião deveria desligar o vídeo. Em seguida declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo sido concedida a palavra ao senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto**. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** cumprimentou os presentes e declarou que conforme deliberado por aquela Assembleia, foi o representante das juntas e uniões de freguesias no vigésimo quinto congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu nos dias 11 e 12



de dezembro em Aveiro. Assim, achava que devia prestar àquela Assembleia as informações que considerava mais relevantes, começando por referir que os restantes representantes do concelho de Lagoa foram os senhores Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal de Lagoa. Explicou que tal como era do conhecimento de todos através dos documentos partilhados, no congresso para além da eleição dos novos titulares dos órgãos da ANMP, pode se observar e discutir sobre a organização do estado, do modelo de desenvolvimento e coesão assim como do financiamento das autarquias locais. «Reflexo disso é a resolução aprovada do vigésimo quinto congresso, onde vêm explicitados para além do trabalho inexcedível das autarquias locais junto dos que lhes são próximos, a necessidade dos temas abordados de mais e melhor poder local, nomeadamente através da defesa das necessidades mais importantes», que passa a nomear. Primeiro, uma nova lei das finanças locais que seja uma justa repartição dos recursos públicos entre estado e municípios, de forma a aumentar a capacidade financeira dos mesmos, reforçando a sua autonomia, corrigindo as assimetrias regionais, visando uma melhor distribuição territorial dos recursos públicos. Segundo, a alteração do estatuto dos eleitos locais, de forma a dignificar as funções exercidas pelos autarcas, quer ao nível remuneratório, quer ao nível da criação de apoios técnicos e políticos para o melhor desenvolvimento das suas competências. Terceiro, o reforço do apoio aos municípios na implementação de competências descentralizadas, assegurando que existem interlocutores governamentais e comissões de acompanhamento que realmente possam decidir e avaliar os recursos e meios a transferir pelos atuais constrangimentos que existem em todas as áreas com capacidade para verificar a adequabilidade ou exercício concreto destas novas competências. Por último, e talvez o mais importante, a urgente regionalização também ela focada nos discursos do senhor primeiro-ministro e do senhor Presidente da República, como mecanismo primordial para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país. Não tendo sido propriamente discutido a sua divisão, pareceu-lhes ser aceite, pela maioria dos presentes, uma futura regionalização assente nas cinco regiões quando existentes, as designadas NUTS II, que correspondem aos territórios das atuais CCDR, como tiveram oportunidade de defender os interlocutores de câmaras. Considera que ainda não foi naquele momento que se procedeu a uma maior dignificação e importância dos que estão mais próximos das populações, nomeadamente as juntas de Freguesia, não só através de uma maior representatividade nos órgãos eleitos, mas



também através de uma discussão e entendimento que possibilitasse a definição de competências reais e específicas entre municípios e freguesias. Antes de terminar a sua intervenção, explicou que durante todo o congresso verificou-se unanimismo entre os presentes, representantes de partidos políticos e movimentos diferentes na persecução de um caminho único pela ANMP, que possibilitasse sempre a dignificação das autarquias que representa. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentou todos os presentes e disse que naquela sua intervenção queria dar uma informação. Em primeiro lugar, que no final da última semana, devido às chuvas, tinha ocorrido uma cedência no piso em frente à ADR Quinta de S. Pedro, onde a proteção civil tinha colocado lá umas fitas e, entretanto, naquele momento, colocou lá terra ou areia para tapar o buraco. Achava que realmente aquela situação era enterrar a cabeça e deixar o corpo de fora, por um lado e, por outro que não deviam esquecer o que tinham feito para que não voltasse a acontecer o que tinha acontecido naquele ano na estrada que vai da Belavista para Ferragudo. Sobre o Covid, referiu que estão a atravessar um período muito mau, tal como já havia sido referido pelo Dr. José Águas da Cruz e, que no centro de vacinação de Lagoa as coisas não estão a correr bem. No seu entender, acha que não deviam ter desinstalado o centro de vacinação, portanto, aquela tenda que colocaram ao lado do auditório municipal. Explicou que naquele momento havia três enfermeiras a vacinar e duas pessoas na receção e que as pessoas e o espaço eram insuficientes. As enfermeiras que estão lá têm capacidade para vacinar à volta de cento e sessenta pessoas diariamente e estão a aparecer muito mais. Disse que achava que o município de Lagoa devia trabalhar tal como tinha feito inicialmente, pensando que deviam montar novamente a tenda que já havia sido instalada anteriormente. Perguntou qual o papel da proteção civil no concelho de Lagoa no contexto do Covid, pois têm várias instituições no concelho que tiveram muitos casos e queria saber qual foi a posição da proteção civil de Lagoa naquela situação. Disse ainda que queria saber, porque teve conhecimento e queria saber, se era ou não verdade que algumas funcionárias das escolas tinham estado em contacto com alunos positivos e



disseram-lhe que as funcionárias não tinham sido testadas. Gostava de saber qual a posição da Câmara. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida concedeu a palavra à senhora deputada municipal Sofia Alexandra Espada Gregório. -----

----- No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Sofia Alexandra Espada Gregório** cumprimentou todos os presentes e referiu que não tinha ouvido o seu nome na substituição. Disse que não sabia se tinha sido erro seu e se lhe tinha falhado alguma parte das alterações. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que a deputada tinha sido chamada e estava dada como presente, estando tudo regularizado. Em seguida concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, cumprimentou todos os presentes e disse que antes do período da ordem do dia queria fazer duas ou três menções que considerava relevantes, umas mais favoráveis, outras nem tanto. Começando pela parte positiva, felicitou a Câmara por terem voltado a ter iluminações de Natal e a trazer alguma luz naquele período complicado que estavam a atravessar. Aproveitou para dizer que convinha ligar as luzes a sítios que tivessem luz para não acontecer como aconteceu na rotunda Norte da entrada de Lagoa. Esclareceu que o problema já estava resolvido, mas no período de Natal e antes não houve ali iluminação. Deixou um conselho à Câmara, referindo que quando contratualizarem com a empresa convém alguma manutenção, porque tanto quanto sabe, pelo menos até ao período do Natal, a rotunda do Parchal - Mexilhoeira não acendeu, não tinha luz, só tinha lâmpadas e no “Lagoa deseja-vos boas festas”, o “deseja-vos” também não acende. Disse ainda que achava que no circuito histórico da cidade de Lagoa a Rua da Liberdade também devia ter sido contemplada para que houvesse uma certa ligação entre todos os espaços iluminados e não houvesse ali aquela brecha. Outro aspeto positivo que se destacou foi a limpeza urbana da cidade, dando nota que via todos os dias antes das oito horas uma equipa a limpar todas as folhas que caem das árvores no Jardim 5 de Outubro e isso era uma diferença entre o que durante algum tempo se viu e era uma qualidade urbana que queria ali registar. Em relação



aos aspetos menos positivos achava que convinha ter alguma atenção àquelas passeadeiras elevadas que não são mais do que lombas. Na altura tinha referido que as em frente ao convento de S. José lhe pareciam um manifesto exagero, «aquilo não são passeadeiras elevadas, aquilo é pura e simplesmente um exagero, ter duas elevações daquelas de seguida com aquela altura não tem sentido nenhum, para quem é daqui às vezes distraímos-nos, quanto mais para quem vem de fora e leva com aquilo». Achava que a segurança e o controlo da velocidade em meio urbano faziam todo o sentido assim como o bom senso. Exemplificou uma situação onde existiam passeadeiras elevadas na cidade. -----

----- «A passeadeira ou lomba que fica entre o jardim 5 de Outubro e o início da rua da liberdade para quem lá passa todos os dias é uma situação caótica, porque a passeadeira, ou houve um abatimento do lado de saída, ultrapassa quando se sai, ou aquilo ficou mal feito, não se sabe se foi de origem ou se aconteceu depois, mas o carro pura e simplesmente afunda». Considera que aquilo tem de ser revisto e acha espantoso que ninguém da Câmara lá passe, se não constatavam o mesmo que ele e tomavam alguma medida. Aproveitando o facto do deputado Jorge ter falado no Covid e na instalação das tendas e novas medidas, disse que queria dizer uma coisa que lhe parecia de elementar justiça, ou melhor, de elementar constatação da asneira, que é o facto de não terem um sítio em condições para fazer a vacinação Covid com salvaguarda das pessoas não terem que estar à chuva, não terem que estar sujeitas às condições naturais, prova a asneira que foi desativar, desmontar a nave que existia no recinto da Fatacil sem ter tido nenhuma solução alternativa e atualmente não têm coisa nenhuma quando tinham tido ali um sítio que, por acaso, tinha resolvido aqueles problemas todos. Para concluir afirmou que ficava já ali dito no início daquele mandato que mais uns meses passaram e não aconteceu nada quanto aos nomes das ruas da urbanização da Fazenda Grande, e podiam vir com os argumentos que quisessem, mas achava que aquilo já entrava no reino da desfaçatez, porque era ignorar a segurança daquelas pessoas, era ignorar um dever que o município tinha, que era dar nome a ruas. Não sabia qual era a justificação que os presidentes da Câmara e Junta tinham, que com certeza haveriam de ser muito boas. A verdade era que estavam ali em mais uma Assembleia e que tinha razão naquilo que estava a dizer, «não há uma única placa lá». Não sabia se os nomes estavam dados, se foram mudados, o que é que aconteceu. -----



----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o deputado municipal **João André Nascimento Cabrita**, cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção oral passava simplesmente por solicitar uma cópia de todas as respostas aos requerimentos entregues por membros da Assembleia. Referiu que não sabia qual era o momento mais exato para colocar aquele pedido.

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e esclareceu que em relação àquela matéria, a regra que estavam a utilizar era todos os requerimentos que davam entrada nos serviços da Assembleia Municipal, quer no decurso da sessão, quer antes, ou depois dela, seriam comunicados a toda a Assembleia Municipal bem como as respostas produzidas pela Câmara, ou seja, era distribuído a todos por forma a que todos estivessem em iguais condições de conhecimento em relação às questões colocadas pelos senhores deputados municipais. Disse ainda que quando as respostas aos requerimentos fossem produzidas, certamente teria conhecimento das mesmas, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

----- No uso da palavra concedida, o deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** cumprimentou todos os presentes e explicou que no relatório global internacional sobre o estado da democracia no mundo, os dados que a Portugal diziam respeito, não eram nada animadores, com uma queda em todos os indicadores no ranking mundial da democracia. Referiu que o município de Lagoa ocupa entre os trezentos e oito municípios do país, o lugar duzentos e cinquenta e nove, no que à integridade e transparência diz respeito. Recentemente um vereador da autarquia deu a conhecer publicamente que a documentação solicitada há vários meses no âmbito do exercício do seu mandato ainda não lhe tinha sido facultada. Disse que era conhecida a morosidade e até a ausência de resposta a questões suscitadas por munícipes no seu direito de cidadania, mas um dos registos mais evidentes sobre a qualidade da democracia no país estava espelhada na participação dos cidadãos nos atos eleitorais. «a elevada abstenção que se verifica em cada ato eleitoral, retrata de forma nua e crua a anemia que circula no nosso sistema democrático, com



tendência para o agravamento. Anemia essa que corre velozmente para se tornar crónica com o horizonte e uma perigosa indesejável leucemia. A democracia enfrenta efetivamente dois grandes perigos. O primeiro, resulta da redução do conceito de democracia apenas à realização de um ato eleitoral sem o escrutínio independente do poder político, pluralismo, separação de poderes e direitos fundamentais e devidamente acautelados. A democracia rapidamente se vai transformar em autocracia. Atualmente o desencanto cada vez mais acelerado e profundo da sociedade nos atores político partidários, os populistas e não só, defendem uma posição reduzida da democracia. O que torna o populista popular e alimenta o seu crescimento é a perda de popularidade da democracia. A população hoje não olha para a democracia e não a correlaciona com os níveis mais elevados de desenvolvimento económico e social. As crescentes desigualdades e estagnação económica para os cidadãos são entendidos como uma prova de que o sistema político deixou de os representar. A confiança que a população tinha nas instituições e nos agentes políticos não para de diminuir em grande medida, como resultado de integridade e captura do processo dos autores políticos por interesses particulares. Estes problemas alimentam e fazem crescer a olhos vistos o populismo e a sua tese de que o sistema político é dominado por uma elite contra os interesses do povo. Não nos iludamos, uma vez acedendo ao poder, os populistas agiram sempre para o concentrar, argumentando que os limites a esse poder são sempre limites à vontade popular. O segundo grande desafio que a democracia enfrenta é a polarização que muitos, já hoje identificam como a tribalização da vida política partidária. A evolução do pensamento cultural e social tem seguido cada vez mais um sentido radical e subjetivo, onde a verdade é apresentada como resultado do poder e não da razão. Sabemos bem hoje como o espaço público virtual, redes sociais, têm alimentado essa polarização, mas sejamos claros, as redes sociais só nos oferecem informação que confirma ou repete as nossas ideias e preconceitos, ajudando essa radicalização e diminuindo o espaço moderado e de compromisso. Hoje ganhámos consciência que a principal consequência da desinformação é acentuar ainda mais essa radicalização que cresce de forma acentuada e extremada e como os eleitores militantes das várias forças político partidárias olham uns para os outros. Os partidos vivem em sistema de fronteiras cada vez mais fechados, transformando a democracia num simples contar de cabeças, dificultando uma das suas principais funções, a reconciliação de preferências diferentes na procura do bem comum. O



desafio que todos enfrentamos e, não só alguns, é saber se queremos o nosso sistema político mais radicalizado e pluralizado, ou bem pelo contrário, procuramos a confluência e a reconciliação de preferências diferentes com o bem comum no horizonte. Senhor Presidente, esta Assembleia Municipal também pode escolher o caminho que quer seguir. O de contar cabeças dificultando uma das principais funções da democracia, ou esforçar-se por promover a reconciliação de preferências olhando sempre em função do bem da população. Podem trincheirar-se, promover a tribalização do debate público, ou podem, como se espera, abrir-se, olhar, ver e esforçar-se por encontrar a verdade, não como resultado do poder, mas sim da razão. É de escolhas que se faz o caminho e a qualidade da democracia. Senhor Presidente, o desafio que colocou no seu discurso de tomada de posse pode ser um ponto de partida ou não, tudo depende de si. O caderno de encargos foi da sua iniciativa e eu acompanho, mas terá de ser o senhor a agarrar com as duas mãos a condução do processo, tendo disposto do tempo e de mandatos suficientes para a mudança, mas nunca é tarde para encontrar o caminho certo. A verdadeira questão é saber se quer, se está disposto a percorrer esse caminho e se tem coragem e vontade para o iniciar. Veremos o que o tempo nos reserva, se afinal esta Assembleia Municipal consegue responder ao desafio colocado, ou se pelo contrário se entrega à rendição, à tribalização do debate e à força do poder em vez da razão das ideias. Por nós, movimento de Lagoa Primeiro, não existirão barreiras, fronteiras, ideologia ou interesses que se sobreponham à nossa determinação em trabalhar para o bem do concelho e das suas gentes. Faremos confluências, aproximações e reconciliação de preferências, tudo em função do bem comum». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Filipe dos Santos Alberto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** disse que gostaria de dar os parabéns, quer ao senhor Presidente da Câmara, quer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal por duas ordens de razões. O senhor Presidente da Câmara naquele momento era o Presidente do conselho diretivo da AMPV, Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, uma grande distinção não só para o concelho de Lagoa, como também para Lagoa em todos os concelhos do país, «porque cada




vez mais a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, também dos produtores de azeite e daqueles que têm também cortiça nos seus municípios, está-se a incrementar como uma das associações mais dinâmicas do país». Explicou que apesar da associação ter sido criada no dia 30 de abril de 2007, naquele momento era um porta-voz de todos os municípios que pareciam ter vincado a tradição vitivinícola, do azeite e da cortiça. Congratulou-se com a eleição do Presidente da Assembleia Municipal para Presidente da Assembleia Intermunicipal, acreditando que Lagoa naqueles dois órgãos tinha ficado bem representada. Afirmou que aquilo era o trabalho contínuo do atual executivo e do atual Presidente da Assembleia Municipal em defesa de Lagoa, suas virtudes e tudo aquilo que representa não só para o Algarve, como para Portugal. Terminou a intervenção agradecendo aos dois e congratulando-se com as suas eleições. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e referiu que fará tudo para dignificar cada vez mais o concelho de Lagoa, contando com todos na tarefa de promover Lagoa e o Algarve em todo o contexto nacional. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim Dimas Neto Varela. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim Dimas Neto Varela** cumprimentou todos os presentes e disse que queria fazer um pequeno esclarecimento sobre aquilo que o deputado Joaquim Cabrita tinha dito sobre o nome das ruas na Fazenda Grande. Explicou que na Assembleia Municipal de setembro tinha sido evocado o nome das ruas e o que o deputado respondeu foi que estava tudo tratado, o nome das ruas, fizeram auscultação às pessoas, foi aprovado em Assembleia de Freguesia e foi enviado para a comissão toponímia da Câmara Municipal para ser aprovado para colocarem o mais rápido possível o nome das ruas. Explicou que o seu trabalho estava feito, faltando a aprovação da comissão e que isso já não dependia da Junta de Freguesia. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Tiago Manuel Valdire Lopes. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Tiago Manuel Valdire Lopes** cumprimentou todos os presentes e disse que queria intervir antes do período da ordem do dia para salientar o brilhante trabalho efetuado não só pelo Presidente da



Câmara, como também do executivo ao longo do ano de 2020 no que concerne à eficácia e gestão financeira do município, pois Lagoa voltou a ser conhecida como um dos melhores concelhos na eficácia e eficiência financeira em 2020. Lagoa conseguiu arrecadar o segundo lugar no ranking dos concelhos de média dimensão e o quarto lugar entre os concelhos de grande, média e pequena dimensão, segundo o anuário financeiro dos municípios portugueses. Referiu que Lagoa se destacava ainda como um município com melhor índice de dívida total entre todos os municípios e o terceiro com maior independência financeira. -

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder às questões colocadas. ----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que iria começar pelas questões colocadas pelo senhor deputado municipal Jorge Ramos. Em relação à primeira questão que colocou sobre o abatimento que aconteceu em frente à sede da ADR Quinta de S. Pedro, o Presidente informou que tinha tido oportunidade de estar no local, enquanto principal responsável pela proteção civil municipal pouco depois da intervenção que tinha sido feita pelos bombeiros de Lagoa. Teve a oportunidade de fazer uma primeira avaliação, embora não sendo técnico e em coordenação com os serviços escolher a melhor solução para o imediato tendo em conta que se tratava de um período em que iriam entrar no período natalício e o importante era sinalizar aquele espaço, fazer uma primeira intervenção de compactação e posteriormente um trabalho de colocação do betuminoso. Disse ainda ao deputado Jorge Ramos que aquele trabalho estava agendado para a próxima segunda-feira depois da compactação necessária naquele abatimento, pois a situação meteorológica que tinham tido nos dias anteriores não aconselhava a que se fizesse qualquer intervenção definitiva naquele local. Explicou ainda ao deputado que a questão do Covid-19, assim como a vacinação e a testagem, não era uma matéria da competência da Câmara Municipal, sendo uma matéria exclusiva da autoridade de saúde, foi assim que foi determinado há quase dois anos, quando o primeiro caso se verificou em Portugal. Aquilo que tanto o município de Lagoa como os trezentos e sete municípios do país fazem, é dar apoio, terem toda a disponibilidade para aquilo que lhes é solicitado pela saúde, no sentido de protegerem as suas populações e para que todo o processo de vacinação, testagem e sobretudo, de proteção da população possa correr da



[Handwritten signature]

melhor maneira possível. Disse que gostava de lembrar que tanto a instalação da tenda de vacinação no lago do auditório, como numa segunda fase, a instalação do centro de vacinação e testagem no antigo hospital da misericórdia foi sempre e unicamente da responsabilidade da autoridade de saúde, centro de saúde de Lagoa, ACES Barlavento e ARS Algarve. Foram sempre respondendo àquilo que lhes era solicitado, cabendo ao município apresentar as soluções e alternativas que têm, respeitando sempre a indicação de quem tem competência naqueles domínios. Aproveitou para assinalar um paradoxo que existe, «é que depois de terem chegado à Câmara tantas críticas relativamente à decisão que na altura foi tomada de instalar uma tenda de vacinação no lago do auditório, não deixa de ser um paradoxo que hoje venham a reconhecer que ali é que estava bem». A autoridade de saúde achou numa primeira fase que era ali que se devia instalar e numa segunda fase, solicitou-lhes que encontrassem outro local e o local que foi escolhido e indicado foi o antigo hospital da misericórdia numa parceria com o proprietário que é a Santa Casa da Misericórdia de Lagoa, daí que estejam ali a instalar o centro de vacinação e o centro de testagem. Quanto à proteção civil municipal, afirmou que trabalhava em articulação com a autoridade de saúde, com os bombeiros voluntários de Lagoa, forças de segurança e todas as instituições e serviços de ação social do município. Disse que não conhecia nenhuma queixa de nenhum lagoense que tivesse ficado sem apoio por parte da proteção civil ou dos serviços de ação social que tivesse solicitado, pois trabalham em estreita cooperação e assim irão continuar a fazê-lo, com o objetivo de proteger os lagoenses e Lagoa. Referiu ainda que não conhecia nenhuma situação de funcionário ou funcionária da escola, de qualquer instituição ou até qualquer lagoense que tivesse tido um contacto com um caso positivo que tivesse comunicado ao Serviço Nacional de Saúde e que posteriormente não tivesse sido testado ou não tivesse sido feito o encaminhamento que lhe era devido, isto é, não tenha tido o acompanhamento de quem tem competência para o fazer, que é a senhora delegada de saúde. Pediu, enquanto primeiro responsável pela proteção civil municipal, ao senhor deputado municipal Jorge Ramos que caso tivesse conhecimento de alguma situação anómala relativamente àquela matéria lhe fizesse chegar casos concretos com nomes e moradas para tomarem as medidas necessárias. Agradeceu as palavras de alguma congratulação proferidas pelo deputado Joaquim Cabrita pelo facto de naquele ano ter sido possível terem iluminação de Natal. Disse que gostava de explicar que tiveram azar com o



tempo, pois iluminação e chuva não condizem muito bem, e aquilo é uma lei da física, presume ele, mas ainda assim dentro do contrato que celebram com a empresa que lhes presta o serviço está incluída a manutenção assim como todo o apoio para que todas as luzes fossem ligadas atempadamente. Explicou que faziam uma fiscalização através dos seus serviços de eletricidade a tudo aquilo que se ia passando e, portanto, no próprio contrato existiam penalizações e se o adjudicatário em alguma circunstância falhasse e parecia-lhe que sim, pelo menos já tinha aquele relatório, haveriam de aplicar as penalizações previstas no contrato. Agradeceu ainda a sugestão deixada pelo deputado em relação à Rua da Liberdade, garantindo que a mesma iria ser analisada posteriormente, assim como as suas palavras relativamente à qualidade da limpeza que o município tem, «de facto é uma das suas prioridades cuidar do espaço público e pelos vistos estão a conseguir alcançar aquela que é uma das suas prioridades». Ficou muito satisfeito com aquelas palavras que iria transmitir aos responsáveis pelos serviços da autarquia que tratam daquela matéria. Não percebeu muito bem a questão colocada da Rua 5 de Outubro com a Rua da Liberdade, mas face ao adiantado da hora numa primeira oportunidade conversaria com o deputado para ele lhe explicar exatamente qual é que era para poderem verificar e se não estivesse em condições reparar. Disse que gostava de dizer aos presentes que aquela questão das lombas também era um paradoxo, presumindo que o deputado sabia porque já ali tinha estado, que todos os dias continuavam a receber pedidos para colocar ainda mais lombas porque as lombas são todas más, só são boas aquelas que são colocadas à sua porta, curiosamente. Afirmou que aquilo que procuravam era de um ponto de vista racional e tendo sempre em conta aquilo que era o mais importante para o concelho, aquilo que servia melhor a causa pública poderem aplicar. Relativamente à questão da toponímia, o senhor Presidente da Junta já referiu que já passou para a comissão toponímia. O próprio Presidente iria verificar o que se passava relativamente àquela matéria a partir do dia seguinte à realização daquela Assembleia. Importava dizer que tiveram um ato eleitoral no dia 26 de setembro, têm estado num período de instalação de algumas comissões e de alguns órgãos e, portanto, presumia que já se tivesse realizado a comissão toponímia para dar o parecer que depois permitia à Câmara aprovar o nome das ruas. Em relação àquela matéria concordou com o deputado, porque como o deputado certamente se lembraria porque presumia que o deputado estivesse na Câmara quando ele foi Presidente de Junta e foi um nomeador na



A. J.

freguesia do Parchal, deu nome a muitas ruas e tinha muito orgulho nisso. Disse que o Carlos Ramos que lhe sucedeu, fez também exatamente a mesma coisa, porque considera que é importante, de facto, enquanto cidadão, enquanto Presidente de Câmara, que todas as ruas do concelho tenham um nome, até porque no momento faz todo o sentido, porque atualmente usam muito uma ferramenta que se chama o *google maps* e todas aquelas aplicações e sem nome de rua até para reportar uma avaria à EDP por exemplo, é um verdadeiro martírio que tem que fazer enquanto cidadão e não consegue. Relativamente àquilo que foi referido pelo senhor deputado Diamantino Ruivinho, referiu que partilhava da primeira parte da intervenção, pois todos os responsáveis políticos, mas não só tinham de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para impedir o avanço do populismo e para evitar qualquer constrangimento relativamente àquilo que pudesse acontecer à democracia. «Como alguém disse há muitos anos, embora não seja o sistema perfeito é o mais perfeito até surgir outro, é o mais perfeito que conhecemos». Referiu ainda que aquela questão da salvaguarda da democracia e o fazer acreditar e envolver os cidadãos não se podia limitar apenas aos detentores dos cargos políticos nas autarquias, mas sim envolver toda a comunidade, as associações. Era importante que dentro das associações aquele sinal fosse dado às pessoas, porque aquilo que era o populismo não emergia só da relação que existia entre os cidadãos e os detentores dos cargos políticos, era com todas as instituições e todas as organizações da sociedade e no concelho aquele trabalho tinha de ser feito por todos, associações, clubes, organizações e a autarquia. Relativamente ao lugar que a autarquia ocupava naquele ranking da integridade e transparência, esclareceu que o município de Lagoa e todos os titulares dos órgãos do município cumpriam escrupulosamente com aquilo que estava estipulado em termos de transparência e integridade, ou seja, «o senhor Presidente da Câmara, todos os autarcas, aqueles que estão obrigados, enviam, nos termos da lei, para o tribunal de contas, que é a entidade que tem a responsabilidade perante a lei de receber as declarações de todos os autarcas não só de Lagoa, mas de todo o país». Referiu que aquela má posição do município de Lagoa naquele ranking já vinha desde o primeiro mandato, o mandato de 2013 a 2017 onde nem sequer era ele o Presidente de Câmara, embora já fizesse parte do executivo e na altura teve a preocupação como todo o executivo, de perceber porque é que o município ocupava aquele lugar, e foi-lhe explicado. Foram a um *check list* e verificaram que para subir no *ranking* era preciso disponibilizar



online no site do município uma série de informação e foi ver qual é que era aquela informação. Disse assim que ia dizer não só ao deputado Ruivinho, como também a toda a Assembleia e àqueles que os ouviam que enquanto for Presidente da Câmara vai cumprir escrupulosamente aquilo que a lei obriga e todos os seus colegas do executivo o farão para uma entidade que é o tribunal de contas. Nunca em momento algum colocará informação que o vai colocar numa situação de fragilidade e expor a sua família. Confessou que já foi vítima de três ameaças de morte desde que é Presidente de Câmara. Pediu desculpa, mas não iria partilhar com ninguém nem a matrícula do carro da sua filha nem a da sua mulher ainda que o município continuasse no ducentésimo quinquagésimo nono lugar daquele ranking, assim como a sua morada, para proteção da sua família. Cumprirão sempre aquilo que a lei os obriga em termos de integridade e transparência, não só do ponto de vista formal como também na prática, na relação que têm com todos os organismos que se relacionam com a Câmara e com todos os munícipes, procurando responder com toda a assertividade e sempre com a máxima transparência. Por último, agradeceu as palavras do senhor deputado Luís Alberto, Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo, seria para ele seguramente um enorme desafio representar ao mais alto nível a associação dos municípios portugueses do vinho, que é uma associação de municípios que conta já com uma centena de municípios do país, portanto praticamente um terço dos mesmos. Garantiu que iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para prestigiar Lagoa, «porque é uma enorme honra para Lagoa naturalmente ter a presidência daquela associação que tem municípios associados de Norte a Sul do país, no arquipélago da Madeira e no arquipélago dos Açores».

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e disse que não quis limitar o tempo de intervenção, mas compreenderiam que gastaram uma hora e vinte minutos, portanto apelou aos senhores deputados municipais para procurarem ser mais sucintos, precisos e concisos nas intervenções, por forma a conseguirem resolver a ordem do dia. Antes de entrarem no período da ordem do dia enunciou as retificações à convocatória, começando por referir que no segundo ponto do período da ordem do dia onde se lê ano 2021, deve ler-se 2022. Declarou tratar-se de um lapso, pois ali fala-se a entidade municipal e estrutura financeira da demonstração dos resultados, demonstração dos fluxos de caixa previsionais do ano 2022, portanto é a previsão dos fluxos de caixa para 2022. Aproveitou para referir que no ponto



[Handwritten signature]

vigésimo da ordem de trabalhos deveria acrescentar-se a seguir à palavra apreciação, a expressão e deliberação sob proposta da Câmara Municipal e eliminar a expressão dos relatórios de ponderação da discussão pública, passando o vigésimo ponto da ordem do dia a ter a seguinte redação: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos projetos do programa estratégico de reabilitação urbana de Estômbar, Ferragudo, Mexilhoeira da Carregação e Calvário, Porches, Carvoeiro e Parchal. Informou que o ponto dezassete tinha sido eliminado por solicitação da Câmara Municipal na sequência da deliberação de 14 de dezembro de 2021 daquele órgão, de revogação de deliberação sobre o assunto em apreço no ponto, sendo a apreciação da deliberação agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal. Referiu que seria aditada à ordem do dia o ponto vigésimo primeiro, constando do edital de aditamento de 22 de dezembro de 2021 que tem a seguinte redação: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do programa da ação para a candidatura ao programa 1º. Direito pelo valor global de 13.618.416€. -----

----- **1º. Ponto – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira de 16 de dezembro de 2021.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** disse que a sua intervenção era bastante breve, pedindo que os documentos viessem com tempo suficiente, porque em relação ao primeiro ponto da ordem de trabalhos ninguém tinha tempo para ler aquelas páginas todas com dois dias de antecedência. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, de Lagoa, agradeceu a intervenção e esclareceu que iriam enviar com maior antecedência, embora não fosse sujeito à votação. Referiu que de facto os deputados tinham todo o direito de ler com atenção a informação, que era um elemento precioso para avaliar. «Que é uma das funções da Assembleia Municipal avaliar, fiscalizar e acompanhar o trabalho da Assembleia Municipal». Garantiu que aquele aspeto seria reparado, pois o senhor Presidente da Câmara estava atento. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----



----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que a sua intervenção era para fazer quase o mesmo reparo que o deputado Alves Pinto tinha feito. Acrescentou que nos dias de hoje há instituições no concelho de Lagoa que têm para receber ainda os valores protocolados em contratos com o município e são valores verdadeiramente substanciais. Explicou que aquilo vinha no seguimento da informação prestada pelo senhor Presidente de Câmara na última Assembleia Municipal e que o deputado relevou de enorme importância, que era cumprir com as empresas atempadamente para que não houvesse problemas de tesouraria. Chamou a atenção naquela altura que provavelmente com as instituições não estava a acontecer a mesma coisa e efetivamente estavam no dia em que estavam e havia instituições com valores substanciais para receber dos contratos que tinham estabelecido. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interveio para agradecer ao senhor deputado municipal que se circunscrevesse ao ponto da ordem do dia, não permitindo divergir daquele ponto. Esclareceu por um lado, que tinha que haver alguma disciplina na condução dos trabalhos para os trabalhos prosseguirem, e por outro, que o deputado poderia ter intervindo no período antes da ordem do dia, não o tendo feito teria de aguardar por uma nova oportunidade. -----

----- Tomou o uso da palavra, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** para dizer que estavam a falar da situação financeira do município. Disse que estava a tentar intervir naquele ponto relativamente àquela matéria e por isso achou que tinha todo o cabimento no primeiro ponto aquela intervenção. Reconheceu aquilo que o deputado municipal Tiago falou relativamente à eficácia financeira do município, afirmando que não o quis fazer antes da ordem do dia porque o primeiro ponto tinha a ver com a situação financeira. Referiu que aquela era uma eficácia que vinha de mandatos anteriores, que começou ainda no tempo em que o Presidente era Francisco Martins, mas queria chamar a atenção para um outro facto, era que se ali era de relevância e de grande importância, o mesmo não se verificava noutros setores. «Por exemplo de acordo com o observatório nas autarquias familiarmente responsáveis o município de Lagoa não se encontra entre aqueles que têm maior relevância. Portanto, há uma falha claramente naquilo que se chama um município amigo das famílias». Disse que aquilo era de importância crucial tendo em conta que aquele município dizia-se um município de grande



apoio social. Terminou a intervenção, alertando que naquele observatório o município de Lagoa não estava referido como um município de referência. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** disse que queria apresentar um protesto, porque todos estavam com a devida atenção à ordem de trabalhos e o senhor deputado Diamantino Ruivinho tinha forçado ali voltar ao ponto anterior. Não lhe parecendo adequado, afirmou que queria apresentar aquele protesto, pensando que se estavam no ponto dois deviam dar continuidade ao mesmo e não voltar atrás. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e explicou que a questão que apenas foi considerada foi um entendimento que não foi em tempo oportuno colocado o peço a palavra no bate-papo. Admitiu a boa-fé do deputado Diamantino Ruivinho que não teve a oportunidade de colocar no bate-papo peço a palavra. Agradeceu ainda o protesto e com toda a razoabilidade, só que a justificação era aquela que tinha acabado de dar, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Luís Filipe dos Santos Alberto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** disse que fazia suas as palavras do deputado Luís Ribeiro. «se nós não conseguirmos estar com atenção numa Assembleia que tem diversos pontos na ordem de trabalhos, que está estruturada, então quando é que estaremos com atenção». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** reiterou no seguimento da intervenção do senhor deputado Diamantino Ruivinho aquilo que tinha dito na Assembleia anterior, «o município cumpre escrupulosamente com as suas obrigações, tem essa preocupação de pagar atempadamente às empresas e naturalmente também às instituições». Explicou que era necessário que o pagar e em nome daquilo que era o rigor financeiro que tinham na autarquia que tudo



estivesse em conformidade. Portanto, pagam às empresas quando o serviço está prestado e o próprio gestor do contrato confirma que está o serviço prestado e no que diz respeito às organizações e instituições, quando recebem a informação dos respetivos serviços que estão em condições de o fazer e não há qualquer dúvida relativamente àquela matéria. Explicou que ainda no dia anterior tinha tido oportunidade de assinar uma série de transferências, entre elas, a da ACD Che lagoense. Explicou que tinham ali uma situação que precisava de uma informação e que nos dias seguintes àquela Assembleia o dinheiro estaria na conta, estando a fazer todos os esforços para outros fundos, organizações e instituições em que havia ali uma coisa ou outra, faltava esclarecer um assunto ou outro e um documento ou outro. Era importante esclarecerem aquela matéria e desde que estivessem em conformidade para tal naturalmente fariam o pagamento. Garantiu que até ao dia seguinte teriam tudo pago a todas as empresas e a todas as instituições. Quanto ao ranking dos amigos das famílias, disse que não conhecia, estava lá desde 2013 e nunca se lembrava que o município tivesse naquele ranking. Em seguida, mostrou um slogan que lhe parecia importante «prémio viver em igualdade, município de excelência para viver em igualdade, 2020», referindo que aquele existia e era da comissão para a cidadania e igualdade de género. «em 2020, voltou a ser distinguido como município de excelência para viver em igualdade» e ali integrava-se tudo, a igualdade de género, a cidadania, o apoio às famílias, o apoio às empresas, o apoio às instituições, o apoio à comunidade. -----

----- José Manuel Correia Águas da Cruz, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e na ausência de mais inscrições, avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

----- **2º. Ponto – Apreciação do balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa previsionais do ano 2022.** -----

----- José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita afirmou que só estava a perguntar porque tinha dúvidas se o ponto dois tinha de ser votado ou não, mas já lhe responderam que não. -----



----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e esclareceu que era só para apreciação. Na ausência de mais inscrições, avançou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **3º Ponto – Apreciação e deliberação sobre proposta da Câmara Municipal, da taxa de imposto municipal sobre imóveis para o ano 2022.** 3.1. Fixação da taxa do IMI para os prédios urbanos previsto na alínea c) número 1 do art. 112 do CIMI para o ano de 2022, em 0,36 %. 3.2. fixação das deduções fixas, da Taxa de Imposto Municipal de Imóveis, nos termos do artigo 112º - A do CIMI, para o ano de 2022, em 20,00 € para famílias com um dependente a cargo, 40,00 € para famílias com dois dependentes a cargo e 70,00 € para famílias com três dependentes a cargo. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, propôs que a discussão fosse feita em conjunto, o ponto e todos os seus subpontos e fosse votado em separado. Em seguida, leu as regras da votação referindo que se alguém tivesse dúvidas agradecia que lhe pedissem esclarecimentos adicionais. «A votação é feita através de voto eletrónico, utilizando a ferramenta *Google Forms*. Para cada votação será enviada pela mesa no bate-papo um link ou boletim de voto de onde constam a identificação dos grupos municipais e o sentido de voto, a favor, contra e abstenção. Recebido o link, deverá assinalar o grupo municipal a que pertence e o seu sentido de voto e em seguida submeter a votação. As declarações de voto serão lidas e em seguida enviadas por e-mail para o serviço da Assembleia como habitualmente se faz nas sessões presenciais e no período de votação ninguém deverá abandonar a sala virtual, tal como se estivessem numa Assembleia presencial». Informou os presentes que o senhor Primeiro Secretário já tinha enviado o link para todos no bate-papo, teste de votação para os deputados verificarem antes da entrada propriamente na discussão daquele ponto e na respetiva votação, se o sistema estava ou não operacional. -----

----- **Pedro Alexandre Triberes Barrares de Sousa Lobato**, Primeiro secretário da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou aos senhores deputados que aquilo era uma votação de teste, bastando abrir o link e votar. Em seguida passou a proclamar os votos de teste. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou quais os procedimentos que os deputados deviam utilizar para fazer aquele

29



teste de votação, pedindo-lhes para irem ao chat, depois carregarem no link por forma a procederem à votação, preencherem o grupo municipal a que pertenciam e votarem numa das possibilidades. Referiu que o link iria ser enviado de novo para voltarem a votar, pois tinha havido apenas dezoito votos, pedindo aos deputados que ainda não tinham votado que o fizessem. Explicou que o link estava no bate-papo e que os deputados tinham de o abrir, proceder ao preenchimento dos dados dos campos e submeter. Garantiu que o método tinha sido testado, mas não com aquela amplitude. Como o método experimental não resultou, informou os presentes que iriam utilizar o método adotado nas sessões da Assembleia Municipal do mandato anterior por vídeo conferência, em que em relação a cada uma das propostas, os deputados votariam no chat a favor S, contra N, e Abstenção com A, indicando qual o grupo municipal, movimento ou coligação a que pertenciam à frente do sentido de voto. Voltou a propor que a discussão fosse feita em conjunto, o ponto e todos os seus subpontos e fosse votado em separado. Não se tendo registado qualquer manifestação de voto contra, considerou-se a proposta de metodologia da mesa aprovada. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** afirmou que a proposta que o executivo apresentava relativamente à taxa do IMI para prédios urbanos para o ano de 2022 era em tudo semelhante àquilo que tinham tido em 2020, 2019 e 2018. Decidiram manter as mesmas condições, sobretudo tendo em conta o grau elevado de incerteza que os esperava em 2022. Disse que era difícil de prever o que é que lhes iria acontecer ao longo do ano, mostrando alguma preocupação com aquele facto. «a Covid-19 sobretudo a nova variante Omicron nunca esteve ao nível que hoje está, hoje mesmo tivemos quarenta e três novos casos no concelho de Lagoa, batemos um record a nível nacional com quase vinte e sete mil novos casos, e esta situação pandémica causa um nível de apreensão e de incerteza muito elevado e que a juntar àquilo que é notícia nos principais canais de televisão que tem a ver com o aumento exponencial do custo das matérias primas sobretudo por dificuldade em conseguir obter as mesmas, a enorme dificuldade que existe para recrutar recursos humanos que vai sendo referido pelas diversas empresas e as diversas organizações com as quais nos relacionamos e tudo isto implica naturalmente um aumentar naquilo que são os encargos que a autarquia tem». Chamou a



atenção que mais à frente na sessão, no ponto nove iriam aprovar o compromisso plurianual, para o concurso público com publicação no jornal da União Europeia para a prestação de serviços de limpeza urbana no concelho de Lagoa para um período de três anos. Explicou que fizeram uma consulta prévia ao mercado para perceberem qual é que era o valor que tinham que colocar e de facto ficou bastante preocupado, ele e todo o executivo pelo aumento substancial que tiveram e consultaram cerca de seis empresas dos principais *players* do mercado e era considerável aquele aumento. Em nome de toda aquela incerteza, toda aquela situação e também tendo em conta que em defesa dos interesses do município de Lagoa queriam continuar a manter os níveis de eficácia e eficiência financeira, a proposta do executivo ia no sentido de manterem a taxa do IMI em um ponto trinta e seis e manterem também todas as outras deduções que já vinham dos anos anteriores. Disse que gostava de partilhar com a Assembleia uma particularidade que já tinha tido a oportunidade de partilhar com todas as forças políticas em nome do direito da oposição, reuniram com todas aquelas que responderam afirmativamente ao seu convite, a única que não esteve presente na reunião foi o representante do Chega, mas a todos o Presidente teve a oportunidade de explicar aquilo que tinha acabado ali de dizer. Disse que uma das propostas que queria partilhar com os deputados, era que estavam a trabalhar, fizeram um contacto informal que iriam depois explorar melhor e a partir do ano 2022, que consistia na elaboração de um estudo no que dizia respeito àquilo que era a carga fiscal no concelho de Lagoa e de que forma é que o poderiam otimizar e sobretudo de que forma é que poderiam criar o regulamento municipal para o IMI «que a lei permite», no sentido de encontrar uma maior equidade e uma maior justiça fiscal dentro do concelho. Explicou que aquele era um documento que queriam partilhar com todas as forças políticas e que teria que ser aprovado em última instância por aquela Assembleia, por um lado, e, por outro, que logo que tivessem alguns dados importantes começariam a partilhar com todos os deputados. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e declarou abertas as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto**, declarou que sobre aquele ponto tinha a dizer o seguinte. Leram declarações do



senhor Presidente da Câmara, exatamente aquilo que ele acabou de dizer e que ouviram há um bocadinho, serem coadjuvadas pelas declarações do senhor deputado Tiago Lopes, numa das afirmações em que ele dizia que só podia ser um motivo de orgulho para todos os lagoenses as conclusões do anuário financeiro dos municípios portugueses. Lamentou, mas não disse tudo, principalmente para quem iria continuar a fazer uma proposta de manutenção de IMI e de impostos relacionados e inclusivamente a dedução prevista no IRS das pessoas. Alertou que enquanto a média nacional em 2020 de impostos pago por cada habitante era de duzentos e quinze euros, o anuário financeiro dos municípios dizia que em Lagoa era de oitocentos e onze, o que significava quatro vezes mais que se pagava, isto é, todos os munícipes pagavam em Lagoa quatro vezes mais do que se morassem num que respeitasse a média nacional e se era uma média nacional, já ocupava os trezentos e oito. Explicou que havia uns mais altos e outros mais baixos, mas a média era de duzentos e onze, ao passo que o valor de Lagoa era de oitocentos. É claro que aquilo dá uma enorme tranquilidade financeira, é claro que dá, é claro que dá uma grande independência financeira, mas já está na altura de começar a pensar em fazer algum abatimento à carteira das pessoas, porque aquilo continuar a durar é demasiado. Disse que se iriam abster naquela votação, porque apesar de não estarem de acordo com aquilo e apesar de continuarem a estar em profundo desacordo com o senhor Presidente da Câmara quando afirma e quando mantém e continuam a afirmar que baixar a taxa do IMI iria apenas beneficiar aqueles que têm segunda habitação, estando aquele apenas completamente fora de questão. Uma vez que são sensíveis a outros argumentos, nomeadamente aquele em que se virá a fazer um estudo no próximo ano, os deputados naquele ano iriam abster-se e em 2023 aguardariam aquele estudo e seria aquela a sua avaliação no próximo ano. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** disse que sobre aquele ponto tiveram uma oportunidade de numa reunião com o senhor Presidente Luís Encarnação falar sobre aquilo e na altura o deputado falou em baixarem nem que fosse uma décima. Referiu que segundo a apresentação que a Câmara fazia ali na deliberação, baixando uma décima, que deixaria de encaixar duzentos e



cinquenta mil euros. São duzentos e cinquenta mil euros, mas as famílias com certeza iriam ficar beneficiadas e também podiam pensar de uma outra forma. «vamos entrar no ano de 2022, continuamos a ter o Covid e as vidas das pessoas vão ficar em risco». Portanto, também era uma forma de pensar naquela situação. Terminou a sua intervenção, explicando que naquele ponto o Bloco de Esquerda iria votar contra e apresentaria uma declaração de voto. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** afirmou que o grupo municipal do PS se revia inteiramente nas políticas que aquele executivo tinha tomado relativamente à sede do IMI. O senhor Presidente já manifestou a intenção de realizar um estudo para de alguma forma minimizar o impacto àqueles que tinham a sua primeira habitação em Lagoa «e para esse reduzir o IMI», mas importava olhar para os números que estavam a falar. Disse que o deputado Alves Pinto tinha tentado brincar com os números da média nacional e dos valores de Lagoa, mas tinham que olhar para o ponto que estavam ali a discutir. Referiu que o que estavam ali a discutir era a taxa de IMI, e a taxa de IMI naquele ponto, os zero ponto trinta e seis, se baixassem a tal décima que o senhor deputado Jorge Ramos do Bloco de Esquerda referiu, os tais duzentos e cinquenta mil euros de receita a menos, tinham de olhar de onde é que provinha aquela receita. Aquela receita viria na sua grande maioria aproximadamente cerca de setenta por cento, daqueles que tinham as tais segundas habitações e que eram aquelas que tinham um maior valor patrimonial. Disse que aqueles que tinham uma primeira habitação, o impacto efetivo eram valores inferiores a dez euros. O que estariam ali a fazer, era a beneficiar aqueles que tinham maior património, que tinham as suas habitações e que mais podiam contribuir para assim poderem ajudar no combate à pandemia, algo que na opinião do deputado foi bem observado pelo deputado Jorge Ramos, ajudar aquelas faixas da população de Lagoa mais carenciadas que beneficiavam dos programas de auxílio àqueles que caíram em situações mais precárias. Explicou que por causa daqueles argumentos e com base naquela fundamentação é que o grupo municipal do PS estava em linha com o executivo, «manter as taxas e deduções fixas em sede de IMI, bem como a fixação da participação variável em sede



de IRS» que já foi ali falada, «em vigor nos últimos anos, esta preocupação do executivo em manter a estabilidade das receitas do município, no momento em que elas são mais necessárias para dar cumprimento aos objetivos orçamentais, os quais não esqueçamos, temos aqui como primeira prioridade o combate à pandemia. Uma segunda prioridade, a recuperação económica do concelho e a criação de emprego». Explicou que se dúvidas existissem iriam ver o programa do executivo e os desígnios do mesmo, salientando-os «as suas preocupações com a construção da habitação que são extremamente importantes no momento em que a família e a necessidade de captação e de manter no município as gerações mais novas que têm dificuldade na aquisição à habitação. A preocupação em melhorar o fornecimento de água do concelho, tudo isso tem um custo». Disse ainda que era necessário terem uma cidade de Lagoa sustentável por um lado, e, por outro, que se queriam ter uma cidade educadora passava por ali «manter disponível uma capacidade financeira», para poderem dar as melhores condições ao nível do ensino aos filhos de Lagoa. Salientou outro aspeto, afirmando que era verdade que estiveram e ainda estão em tempo de pandemia e no crescimento exponencial dos casos na população, mas tiveram um interregno, e durante aquele interregno, se todos fizeram uma retrospectiva, voltaram um bocadinho à normalidade. Dentro daquela normalidade houve um cuidado do executivo de, por um lado, dar mão e a possibilidade aos artistas do concelho de poderem voltar à sua atividade económica, e por outro lado, proporcionar à população uma agenda cultural. Afirmou que tinham que pensar que aquilo era importante e que iria voltar a ser possível, ou seja, iam ter aquele pico na pandemia e pelo meio e se tudo corresse dentro do previsto havia novamente e aí teriam que voltar à normalidade, achando que para isso era preciso ter capacidade financeira para colocar em prática as políticas estabelecidas pelo executivo. Em seguida, falou de um outro aspeto que tinha a ver com os vales que o município tinha colocado à disposição, por exemplo os estudantes das instituições de ensino sediadas no concelho, que puderam fazer a aquisição daquelas primeiras necessidades, aliviar um bocadinho o peso das famílias, vinte e cinco euros em vales que proporcionaram uma ajuda às famílias naquela aquisição. Referiu que tudo aquilo tinha um custo e aquele custo tinha que ser pago e baixar as receitas de IMI, os tais duzentos e cinquenta mil euros que foram ali salientados, parecia que era pouco a perda daquela receita para o município, mas certamente que era muito superior o investimento que se estava a fazer por exemplo



[Handwritten signature]

naquelas medidas no início do ano letivo na ajuda às famílias. Afirmou que era por causa daquelas medidas que o grupo do PS estava, estaria e rever-se-ia naquelas políticas adotadas por aquele executivo. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que o deputado Luís Ribeiro fez uma intervenção que ele achava interessante, mas seria para uma Assembleia em relação e contas e aí viriam a discutir ou fazer o balanço da atividade do ano 2020, teriam tempo para isso e fariam naquela altura. Referiu que o grupo municipal do MLP iria votar em abstenção pelos argumentos evocados pelo deputado Alves Pinto e era preciso ser-se claro quer se gostasse ou não. «efetivamente Lagoa tem uma média de impostos quatro vezes superior à média nacional, e isso é inquestionável». Disse que havia um dado apresentado no trabalho e na proposta da Câmara que tinha que ser tido em consideração, em que fazia uma proposta que era realizar um estudo. Considerou que quando se fazia um estudo relativamente àquela matéria era porque algo não estava bem, havendo injustiças e desequilíbrios e era naqueles desequilíbrios que iriam tentar resolver os problemas e por isso é que estavam a dar o benefício da dúvida. Explicou que o MLP não estava a propor nenhuma baixa dos impostos naquela altura sem que primeiro se fizesse um fundo e era assim que devia ser feito, e aquele compromisso da Câmara Municipal de Lagoa era um compromisso que acompanhavam, pois assim é que devia ser feito «não é propor baixar de qualquer maneira, é baixar depois de estudar o problema». Afirmou que no próximo ano veriam se foi feito ou não aquele trabalho, bem como as alterações ou mudanças que se podiam introduzir nas taxas dos impostos. O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção chamando a atenção para os custos suplementares que por aí vinham face aos problemas do Covid e das matérias-primas, e o deputado naquele dia tinha estado com um colega de uma instituição que lhe disse que naquele mês teve nos custos de fornecimento de eletricidade uma subida, quase qualquer coisa como cinquenta por cento a mais, achando que aquilo era uma alteração profunda em qualquer instituição, em qualquer empresa ou em qualquer organismo. Considerou ainda que iriam estar perante problemas muito sérios no próximo



ano, achando que o município teria que ter atenção, pois iria mexer com muita coisa e com a vida de muita gente. «uma instituição que trabalha com idosos e que tem um custo desta envergadura é uma coisa assustadora». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interveio para pedir ao deputado municipal Diamantino Ruivinho que se ativesse ao ponto da ordem de trabalhos que era a questão da taxa do IML. Apelou ao espírito de síntese para conseguirem resolver os pontos. -----

----- Tomou o uso da palavra, o deputado municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referindo que o deputado Luís Ribeiro também tinha feito uma intervenção para além disso. Explicou que o MLP acompanhava o raciocínio que estava na proposta da Câmara que era elaborar um estudo para que no próximo ano se pudesse corrigir as situações de injustiças gritantes no concelho. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita** disse que só tinha pedido a palavra naquele momento porque tinha uma declaração de voto que estava em conjunto com os pontos três e quatro. Referiu que não sabia se a leria naquele momento ou depois da votação do ponto quatro. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, sugeriu uma vez que a declaração de voto era para os pontos três e quatro, de acordo com a informação do senhor deputado, que apresentasse a declaração de voto depois de votarem os dois pontos e que a fizesse chegar aos serviços da Assembleia. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** disse que pensava ser importante ainda que de forma telegráfica esclarecer duas ou três questões. Afirmou que a média oitocentos e onze euros estava longe de ser aquilo que os lagoenses, aqueles que residiam lá todo o ano, aqueles que faziam parte dos vinte e três mil setecentos e dezassete pagavam de carga, de impostos municipais na autarquia. «aliás na página duzentos e oitenta e sete do anuário, está lá bem explicado como



é que chegaram aos oitocentos e doze euros». Convidou todos a irem ver como é que chegaram àqueles oitocentos e doze euros. Alertou que era preciso ter atenção quando se faziam médias sobretudo naquela matéria. Numa sociedade democrática, que tem um sistema e que tem como princípio a social-democracia, como Lagoa, importa esclarecer que as taxas e os impostos têm um papel da distribuição da riqueza, ou seja, receber de quem mais tem para distribuir por quem mais necessita e é isso que a Câmara procura fazer. Esclareceu que o IMI era uma taxa perfeitamente estabilizada no concelho desde há uns anos àquela parte, tendo aumentos anuais da ordem de um por cento, permitindo perceber que era uma taxa perfeitamente estabilizada «ao contrário de outras taxas que têm grandes oscilações, o IMI não tem». Antes de terminar a sua intervenção, afirmou que gostava de dizer, até no seguimento da intervenção do senhor deputado Jorge Ramos e já o tinha dito no momento em que reuniram, que, por exemplo, reduzir uma centésima na taxa, portanto passar de um ponto trinta e seis para um ponto trinta e cinco, permitia que uma família lagoense que pagava, que tinha um património, uma habitação com um valor patrimonial de cem mil euros, e já estava ali a colocar num grande patamar que a grande maioria dos lagoenses não chegava lá, aquela redução significaria dez euros na poupança da taxa do IMI, dez euros ano, dois cêntimos por dia. Ao contrário, numa família com um valor patrimonial de um milhão de euros, representa cem euros de poupança anual e também para quem tem património de dez milhões de euros, mil euros. Esclareceu que por mais absurdo que pudesse parecer não havia nenhum imóvel com aquele valor patrimonial no concelho, mas estavam lá muito perto e não eram assim tão poucos imóveis quanto isso. Voltou a dizer o que já uma vez ali tinha referido, naquele particular, baixar a taxa de IMI de uma forma cega e de forma igual para todos significava tirar aos pobres para dar aos ricos. Antes de responder ao deputado Diamantino Ruivinho, disse-lhe que ficava satisfeito por saber que ele acompanhava aquilo que era a sua preocupação naquela matéria, explicando-lhe que por isso é que queriam fazer aquele estudo, sobretudo num concelho em que os indicadores que tinham significavam que do bolo total que recebiam do IMI, sessenta por cento daquele bolo estava da EN125 para cima, sessenta e cinco por cento daquele bolo estava naquilo que chamavam a segunda habitação. Esclareceu que tinham que analisar aqueles dados todos, fazer aquele estudo, procurar uma proposta que fosse o mais equitativo possível e que defendesse da melhor maneira os interesses dos munícipes em Lagoa. «para juntar a esta



preocupação relativamente ao aumento do custo da eletricidade e vêm outros aumentos e a autarquia nada pode fazer para isso, nomeadamente na questão do lixo. Afirmou que estavam todos a trabalhar naquela questão, referindo-se aos seus colegas presidentes de Câmara da região do Algarve, mas aquela era uma questão transversal a todo o país e foi também motivo de debate e de preocupação no último congresso na Associação Nacional dos Municípios Portugueses e vinham também aí elevados custos. Por todas aquelas razões que o Presidente indicou e que também foram indicadas pelos deputados, é que, à cautela, fizeram aquela proposta. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições, procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o **ponto 3.1, Fixação da taxa do IMI para os prédios urbanos previsto na alínea c) número 1 do art. 112 do CIMI para o ano de 2022, em 0,36 %**. -----

----- Deliberação: **aprovada** por maioria, com dezanove (19) votos a favor (PS 16, PSD 3), cinco (5) abstenções (MLP 3, CDU 1 e Chega 1) e um (1) voto contra do BE. -----

----- Em seguida, procedeu-se à votação do **ponto 3.2, de Imposto Municipal de Imóveis, nos termos do artigo 112º - A do CIMI, para o ano de 2022, em 20,00 € para famílias com um dependente a cargo, 40,00 € para famílias com dois dependentes a cargo e 70,00 € para famílias com três dependentes a cargo**. -----

----- Deliberação: **aprovada** por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor (PS 16, Chega 1, BE 1 e CDU 1) e três (3) abstenções do MLP. -----

----- Para a apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto**, proferindo a seguinte declaração de voto: «Considerando que há muitos anos que o município de Lagoa é reconhecido pela sua capacidade financeira no anuário financeiro dos municípios portugueses, disso se tem dado conta anualmente. -----

----- Neste mesmo anuário, em 2020, o nome de Lagoa está entre os vinte municípios com índices de impostos por habitante em sexto lugar, depois de Loulé, Grândola, Vila do Bispo, Lagos e Lisboa, e sendo que este índice mede o nível de contribuição média de impostos pagos por habitantes, e essa média foi em 2020 duzentos e quinze euros por habitante, sendo que os lagoenses pagaram em Lagoa oitocentos e onze euros, quatro vezes mais,



julgamos estar em tempo de ajustar este valor. No entanto, e embora não subscrevendo o argumento apresentado pelo PS quando diz que continuamos a afirmar que baixar a taxa de IMI iria apenas beneficiar aqueles que têm segunda habitação, mas sendo sensíveis a alguns dos outros argumentos apresentados pela Câmara, nomeadamente a realização de um teste para corrigir injustiças verificadas, iremos votar em abstenção sobre a fixação da taxa de IMI e relacionados, na certeza porém que o nosso voto na próxima proposta dependerá daquilo que é agora apresentado pelo PS, onde afirma que irá efetuar uma avaliação profunda do IMI do concelho, tendo em vista a correção das injustiças existentes. Nós acrescentaríamos não só a taxa de IMI, mas todos os impostos pagos pelos munícipes, tentando uma aproximação ao valor da média nacional. Aguardaremos essa avaliação e dela faremos o nosso próprio juízo no próximo ano. Enviarei para a Assembleia esta declaração de voto por e-mail». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, proferindo a seguinte declaração de voto: «No âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, nº3, do artigo 5º, da Lei nº24/98, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de redução da taxa do IMI de uma centésima, reduzir dos 0.36% para os 0.35%, o que iria beneficiar financeiramente muitas famílias do concelho de Lagoa. Era somente uma centésima, mas nos anos seguintes, e havendo a possibilidade, se baixaria o que fosse possível. Reduzindo uma décima, o Município deixaria de encaixar 250.00,00€ que com certeza, não iria prejudicar as finanças da Câmara Municipal de Lagoa. Caso o executivo visse que ficaria desconfortável reduziria alguns gastos supérfluos. -----

----- Uma outra situação a assinalar, segundo a portaria 310/2021, de 20 de dezembro que fixou em 512€, para 2022, o valor médio da construção por metro quadrado a que se refere ao artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para efeitos de avaliação de prédios urbanos e determinação do respetivo valor patrimonial tributário. -----

----- O que significa que aumentou de 615€ (que vigorou de 2019 a 2021) para 640€ (512€ +25%) o valor base para efeitos de avaliação dos prédios edificados, para vigorar em 2022, e



sim, os novos valores aplicam-se a todos os prédios urbanos cujas declarações modelo 1 sejam entregues a partir de 1 de janeiro de 2022. -----

----- O que se poderá ver que, a autarquia mesmo mantendo a taxa do IMI irá receber mais em 2022 do que recebeu em 2021. E se tivesse reduzido uma centésima, não sairia prejudicada conforme salienta. -----

----- Assim o Bloco de Esquerda vota contra na “Fixação da Taxa do IMI para prédios urbanos, prevista na alínea c) do nº1 do artigo 112 do CIMI, por não reduzir dos 0.36% para os 0.35%. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo**, dizendo que enviariam a declaração de voto depois. «de qualquer forma as bases e para conhecimento de todos são as seguintes: -----

----- «Este estudo preconizado pelo senhor Presidente, já vem sendo preconizado há quatro anos. Esperamos que desta vez seja concretizado. Contudo, seria de bom tom que quem encomenda saiba as bases do que vai encomendar, daí que nós gostássemos de saber, conhecer com a breve antecedência em que bases é que vai assentar o estudo para a redução do imposto em causa. Por outro lado, votámos a favor porque algumas das reivindicações que os nossos representantes fizeram junto do executivo enquanto direito da oposição foram acolhidas, nomeadamente investimentos na área da habitação, esperemos que sejam concretizados e investimentos numa coisa que há muito o PSD tem abordado nos últimos anos, que é investimento na recuperação dos sistemas de redução de águas, etc. isso vem lá contemplado que seja feito, por isso estamos a dar o benefício da dúvida. Não damos o benefício da dúvida com uma abstenção, damos o benefício da dúvida com um voto a favor. Esperemos que o nosso voto a favor não caia naturalmente em saco roto». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida concedeu a palavra ao senhor deputado municipal António Neves Nobre. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **António Neves Nobre**, proferindo a seguinte declaração de voto. «ao propor manter as taxas e as deduções fixas em sede de IMI,



bem como a fixação da participação variável em sede de IRS em vigor nos últimos anos, fica evidente a preocupação do executivo em manter a estabilidade das receitas do município, permitindo o cumprimento dos objetivos orçamentais propostos. -----

----- Os custos com os importantes investimentos estruturantes para o desenvolvimento do nosso concelho e o bem-estar dos seus munícipes, como sejam o urgente reforço e manutenção da rede de abastecimento de água. -----

----- O elevado encargo financeiro que o município vai assumir com equipamentos, instalações e recursos humanos, por via das novas competências transferidas do Estado central. -----

----- As exigências que se continuam a colocar ao município por força da crise pandémica que continuamos a atravessar, cujo termo continua na incerteza, sendo que é fundamental o município manter-se apetrechado dos meios com vista a atenuar os impactos negativos criados à economia e à vida dos lagoenses. -----

----- Acresce ainda que o equilíbrio das finanças municipais continua a ser apanágio deste executivo, comprovado por uma gestão autárquica planeada com critério, rigor e ponderação das prioridades, cujo reconhecimento coloca Lagoa nos 1.ºs lugares do ranking divulgado pelo Anuário Financeiro dos Municípios. Razões para que o Grupo Municipal do Partido Socialista se reveja nas propostas e nos argumentos apresentados pelo executivo, pelo que vota favoravelmente na manutenção da taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,36%, na manutenção das deduções fixas previstas no artigo 12.º-A do CIMI de 20,40 e 70 euros para famílias com 1, 2, 3 ou mais dependentes a cargo, respetivamente e na manutenção em 2% da participação no IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área do concelho de Lagoa». -----

----- Na ausência de mais declarações de voto passou-se ao **ponto quarto – Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da fixação para o ano 2022 da taxa de 3% da participação do município de Lagoa no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Lagoa, revertendo para os mesmos os restantes 2% nos termos previstos do artigo 26 da lei 73/2013 de 3 de setembro.** -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----



----- No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** achou que não necessitava de acrescentar mais nenhum argumento àquilo que já tinha dito, referindo que apresentou as razões que apresentou no ponto três, sendo válidas para o ponto quatro. Afirmou que mantinham a proposta exatamente igual àquela que tinham tido nos últimos anos. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e abriu as inscrições para a discussão daquele ponto, tendo em seguida concedido a palavra à senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana**. -----

----- No uso da palavra concedida, a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana** cumprimentou todos os presentes e explicou que existiam ali três fatores que levavam à sua decisão e tomada de posição, afirmando que o grupo municipal do PSD votaria contra. informou que aqueles três pontos levaram a que o vereador Mário Vieira apresentasse em reunião de Câmara uma contraproposta àquela proposta da Câmara. Em seguida, indicou aqueles pontos, a atual situação financeira do município, o ponto anterior que estiveram a discutir, ou seja, a manutenção da taxa do IMI dos três ponto seis por cento para o ano de 2022 e ainda o aumento em cerca de três milhões e meio no imposto municipal sobre as transmissões face ao ano transato, «aqui é de referir que o ano ainda não terminou, portanto este valor também será superior». Quanto à proposta, referiu que ela consistia na redução em um por cento da participação do município no IRS, disponibilizando-se assim aquele valor para os munícipes, passando o município a ter a participação de dois por cento. Isto devolveria aos lagoenses cerca de cento e cinquenta mil euros, à partida e a olho nu não será muito, talvez demonstraria a atenção e a preocupação da Câmara para com os lagoenses. Informou que a sua proposta não tinha sido aceite, logo votariam contra aquele ponto. Disse ainda que também tinha uma declaração de voto para apresentar, mas que a faria mais tarde. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e na ausência de mais inscrições procedeu-se à votação. Foi assim colocado à votação o **quarto ponto, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da fixação para o ano 2022 da taxa de 3% da participação do município de Lagoa no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Lagoa, revertendo para os**



mesmos os restantes 2% nos termos previstos do artigo 26 da lei 73/2013 de 3 de setembro. -----

----- Deliberação: **aprovada** com dezassete (17) votos a favor (PS 16 e BE 1), quatro (4) abstenções (Chega 1 e MLP 3) e quatro (4) votos contra (PSD 3 e CDU 1). -----

----- Para apresentação da declaração de voto do PSD foi concedida a palavra ao senhor deputado municipal João André Nascimento Cabrita. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado municipal **João André Nascimento Cabrita** proferindo a seguinte declaração de voto: «A Câmara tenta justificar a recusa de baixar a Taxa de IMI com argumentos que nada têm a ver com preocupações sociais ou de interesse autárquico, assumindo claramente a posição de procurar receitas para executar as competências que o Governo quer impingir aos municípios a partir de 2022, esquecendo-se que não é a Câmara quem tem de criar condições de exequibilidade das imposições governamentais. Compete ao autor das transferências garantir as condições financeiras, técnicas e humanas para esse fim. -----

----- Estas razões seriam só por si suficientes para recusar a proposta apresentada. -----

----- O argumentário da Câmara inclui ainda alegadas necessidades de equilíbrio social, invocando a grande diversidade de valores do mercado imobiliário, com casas de alto valor comercial ou de segunda habitação, a par de outras no extremo oposto. -----

----- A preocupação da câmara seria reconhecida se a proposta complementasse fatores de minoração de taxas e incentivos para obras de recuperação de prédios degradados, com previsão de grau, volume, prazos ou colocação no mercado de arrendamento, por exemplo, com critérios claramente definidos em regulamentação própria, tal como a CDU tem vindo a propor desde há vários anos, aplicando ao mesmo tempo critérios de majoração onde se justificasse. -----

----- Tendo em conta as afirmações recentes do presidente da Câmara, segundo o qual em 2022 será elaborado um regulamento neste sentido, a CDU abstém-se neste momento, de votar a proposta de manutenção da Taxa de IMI. -----

----- No que se refere às deduções fixas de 20, 40 e 70 euros para as famílias com um, dois ou três dependentes a cargo, respetivamente, a CDU vota a favor. -----



----- Quanto à participação prevista no artigo 26º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, considera-se ser esta uma receita própria da autarquia que, como tal, servirá para financiar o orçamento municipal e as propostas de atividades sociais da câmara. -----

----- Não é pela via da devolução de IRS, no todo ou em parte, que se beneficia as camadas da população com rendimentos mais baixos, já que estas, em grande número, não atingem o patamar de pagamento deste imposto. Por conseguinte, a transmissão do direito à participação variável para o segmento da população com rendimentos superiores, constitui um ato de injustiça social e autárquica, além de configurar uma opção política de sentido diverso ao que muitas vezes se ouve anunciar. -----

----- Ao contrário da proposta da câmara, o equilíbrio social e autárquico seria mais adequado aos interesses da população, conjugados com os interesses municipais, se mantivesse a participação integral do IRS e baixasse a taxa do IMI, acrescentando outros benefícios complementares em função do objeto social. -----

----- Naturalmente, a CDU vota contra a devolução do IRS». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra à senhora deputada municipal Telma Isabel Alberto Viana. -----

----- Tomou a palavra a senhora deputada municipal **Telma Isabel Alberto Viana**, proferindo a seguinte declaração de voto: «A atual situação financeira do município, a manutenção da taxa de IMI nos 0.36% para o ano 2022, bem como o aumento em cerca de três milhões e meio de euros no IMT face aos valores apresentados no ano transato, foram fatores que contribuíram para a apresentação de uma contraproposta por parte do vereador do PSD na Câmara Municipal. Proposta essa que consistia na redução em um por cento da participação do município no IRS, disponibilizando esse valor para os munícipes, passando assim aquele a ter uma participação de dois por cento para o próximo ano 2022. Proposta esta que devolveria aos lagoenses um valor aproximado de cento e cinquenta mil euros. À partida, poderá parecer um valor pouco significativo, mas se o é no contexto do valor global do orçamento, a verdade é que a aceitação da nossa proposta, seria um sinal claro da preocupação e da atenção para com os munícipes. -----



----- O senhor Presidente da Câmara diz não baixar o IMI para defender os lagoenses, mas, contudo, entra em contradição, quando não pretende aumentar a contribuição municipal para os cidadãos em sede de IRS. -----

----- Perante a perfeita saúde financeira do município e a realidade financeira das famílias lagoenses, somos da opinião que o município tem não só a possibilidade, mas também a obrigatoriedade de desonerar as famílias lagoenses enquanto é possível. -----

----- Com a nossa proposta, poderia ter dado um contributo, pois a missão do município é a de não deixar nenhum lagoense para trás, pelo menos enquanto for possível e estiver ao alcance do mesmo. -----

----- Perante isto e a manutenção da proposta do executivo permanente do Partido Socialista, o voto do Partido Social Democrata só pode ser contra». -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e explicou que não havendo mais declarações de voto e estando a chegar ao limite do tempo da reunião, punha à consideração dos presentes se pretendiam prolongar ou continuar os trabalhos no dia seguinte em segunda reunião. Disse que a mesa não apresentava nenhuma proposta, tal como assumiu na conferência de líderes com os coordenadores dos grupos municipais. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que não tinha dúvidas nenhuma que iriam ter que continuar no dia seguinte, mostrando-se com algum receio por terem que fazer uma maratona no dia seguinte, visto que ainda estavam no ponto quatro. Pensa que seria avisado continuar por mais uma hora, tentando ver até onde é que iam e depois fazer a avaliação. «mesmo que continuemos amanhã já avançamos mais qualquer coisa. Se não avançarmos, ou se conseguirmos concluir por milagre tanto melhor». Disse que aquilo parecia-lhe avisado, sendo uma posição pessoal que deixava à consideração. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo** achou que se prolongassem a sessão por mais uma hora não adiantaria nada,

* 4/



porque na verdade perdeu-se tempo em demasia, porque houve gente que falou de mais, não se estando a referir aos deputados, mas sim ao senhor Presidente da Câmara. Considerou que o Partido Socialista utilizou o ponto um não para abordar nada, mas para fazer propaganda. Explicou que o PSD foi fundamentalmente racional e já havia dito aquilo ao senhor Presidente na conferência de representantes, que era preciso muito cuidado, pois iriam estar a apontar para treze pontos e não vinte. Acha que se houver o mínimo de disciplina e considerando os pontos que ali estão, alguns deles, «é evidente que têm aí o orçamento que demora mais certamente e depois os outros pontos apesar de tudo serão mais fáceis. Antes de terminar a intervenção, disse que achava que não adiantava nada entrar na discussão do ponto, porque ficavam inevitavelmente nos primórdios, nem a meio chegariam daquela discussão. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** disse que sabiam que não era a favor de passarem para lá da meia-noite, mas dentro do contexto e dentro de todos aqueles pontos que tinham, sugeria que pelo menos fizessem os pontos cinco e seis, não ultrapassando a uma hora e deixando os restantes pontos para o dia seguinte. Em relação ao ponto cinco, disse que ainda iriam demorar algum tempo, ao contrário do ponto seis que lhe parecia que iria ser rápido. Considerou que se não fizessem o ponto cinco naquele dia, onde iam falar um pouco sobre o orçamento e as grandes opções do plano para 2022, também não o fariam no dia seguinte até à meia-noite e iam colocar as coisas para mais uma hora e mesmo assim não iriam conseguir fazer. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** propôs continuarem por mais uma hora. Disse que não ia tecer considerações ao que já foi ali manifestado, mas não foi certamente o PS que gastou mais tempo nas suas interpelações.



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, apresentou três posições, uma no sentido de continuar por mais uma hora, outra no sentido de parar à meia-noite tal como determinava o regimento e outra no sentido de se discutirem os pontos cinco e seis. Referiu que havendo três propostas teriam de as colocar à votação. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** afirmou que a sua opinião era coincidente com a do deputado José Inácio, porque efetivamente o ponto que vinha a seguir que era o orçamento e grandes opções do plano seria eventualmente aquele que mais discussão teria a haver, ou seja, prolongar aquilo para a uma da manhã não ia resolver nada e no dia seguinte teriam os outros todos para fazer. Quanto aos restantes pontos, parecia-lhe que não iriam obrigar a grandes discussões.

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Luís Filipe dos Santos Alberto. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto** disse que apesar de concordar com o deputado Luís Ribeiro que deviam prolongar aquilo até à uma da manhã, gostava de colocar uma questão, perguntando se porventura prolongassem aquilo para o dia seguinte como teria que ser efetuada segunda sessão, o senhor Presidente e o regimento da Assembleia, permitiriam que em vez de começarem pelas nove horas comesçassem a segunda reunião daquela sessão muito mais cedo. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que da parte da mesa não havia oposição desde que estivessem todos de acordo em antecipar o horário. -----

-----Tomou a palavra o senhor deputado municipal **Luís Filipe dos Santos Alberto**, referindo que se comesçassem pelas sete horas da tarde teriam perfeitamente bastante tempo e nunca cairiam na meia-noite ou na uma hora da manhã. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, esclareceu que era uma consideração de antecipar o início da reunião, propondo que em vez de começarem a reunião às vinte e uma horas comesçassem às vinte e, portanto,



teriam tempo, ainda se fosse necessário prolongar por mais uma hora prolongariam para fechar a ordem do dia até à uma da manhã. -----

----- **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, sugeriu ao Presidente da Assembleia Municipal que colocasse à votação a proposta, incluindo a proposta do deputado Luís Alberto. Referiu que havia pessoas que estavam a trabalhar, tinham que chegar a casa, jantar para às vinte horas estarem disponíveis para estarem na reunião. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, explicou que por uma questão de razoabilidade avançou com a possibilidade dentro do critério enunciado que em vez de começarem às vinte e uma começarem às vinte, desde que houvesse unanimidade em relação àquela alteração, uma vez que o regimento contemplava que as sessões se iniciavam às vinte e uma horas. Afirmou que se todos estivessem de acordo em relação à situação de uma hora, poderiam alterar pontualmente a reunião do dia seguinte. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** disse que o problema era se existisse uma pessoa que não conseguisse estar presente na reunião às vinte horas, achando que não se devia alterar para as vinte, mas sim manter para as vinte e uma. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal José Inácio Marques Eduardo. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo** considerou que o que importava era discutir aquele ponto cinco do orçamento e os instrumentos de gestão para o próximo ano e que aquela discussão deveria ser contínua. Sugeriu que se alterasse a ordem de trabalhos com permissão para isso. Explicou que os pontos seguintes eram de tratamento rápido, não quebrando o raciocínio relativamente às intervenções. Achava que se limpassem alguns pontos aquilo teria mais método, ficando o início dos pontos cinco e seis para o dia seguinte. Salientou que os pontos treze, catorze, quinze, dezasseis, dezoito, sétimo, nono, oitavo, décimo, décimo primeiro, eram pontos que poderiam passar para aquele dia e retirava-se do dia seguinte, aproveitando-se mais proficuamente a hora que estava ali, do que começar uma discussão de um instrumento fundamental e objeto essencial daquela reunião enquanto reunião ordinária, deixando-se a



[Handwritten signature]

discussão dos instrumentos fundamentais respetivos para o ano que vem, nomeadamente orçamento e pessoal para o dia seguinte, para se iniciar às vinte e uma horas. Explicou que aquilo era para haver alguma arrumação até nas suas cabeças quanto à discussão. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e disse que também tinham a informação que ia haver assembleias de Freguesia, mas de qualquer modo não podiam alterar regras do jogo. Voltou a dizer que estavam várias propostas em cima da mesa e que a mesa não ia apresentar nenhuma proposta, julgando que a ordem de trabalhos seria para manter sob pena de criarem ali uma manta de retalhos, andarem para a frente e para trás na ordem de trabalhos, ou estarem a apressar a discussão dos pontos para conseguirem ganhar o máximo possível de pontos para o dia seguinte. Disse que não conseguiram gerir de uma forma apropriada o tempo no período antes da ordem do dia, logo tinham que gerir o tempo restante da melhor forma. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor deputado municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

----- No uso da palavra concedida, o senhor deputado municipal **Joaquim José Martins Cabrita** informou que queria retirar a proposta que tinha feito, porque já se tinha perdido um quarto de hora, achando que já não valia a pena, porque já não iam entrar sob pressão num ponto que era um ponto importante. Considerou que a forma e o suporte em que estavam a fazer aquilo, que todos compreendiam que era o que tinha de ser por força das circunstâncias, não ajudava. Explicou que era absolutamente contra que se mudasse a hora do início da sessão, achando que naquilo tinham que cumprir o regimento, «as pessoas têm família, têm vida, têm outras coisas para fazer, já programam estas coisas dentro destas circunstâncias. Basta que uma pessoa tenha condicionantes já condiciona os outros todos e não somos ninguém para impor a ninguém condicionantes dessas». Referiu que no dia seguinte não havia período antes da ordem do dia, logo iriam entrar diretamente na ordem do dia, tendo a certeza que iriam acabar porque na noite seguinte não iriam continuar seguramente. Tendo em conta que metade dos assuntos que faltavam resolver-se-iam de forma relativamente célere, achava que o melhor era acabar naquela altura e passar para o dia seguinte. -----

----- **José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e referiu que de acordo com as intervenções não só verbais,



mas também no chat, a mesa entendia que o sentimento geral da Assembleia seria para terminar e no dia seguinte começarem na hora regimentalmente prevista, que era às vinte e uma horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Correia Águas da Cruz

O 1º Secretário,

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

A 2ª Secretária,

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes